

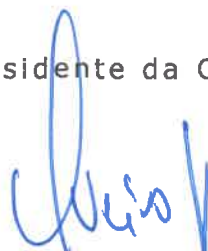
**CADERNO DE ENCARGOS**

**“Contrato de Aquisição de Serviços de Assessoria Jurídica”**

**Ajuste Direto**

Câmara Municipal de Boticas, 11 de junho de 2018

O Presidente da Câmara



(Fernando Queiroga)

## **CLAÚSULAS GERAIS**

### **Artigo 1.º**

#### **Objeto**

O objeto do procedimento consiste, de acordo com as cláusulas especiais descritas nas Especificações Técnicas deste Caderno de Encargos, na prestação de Patrocínio Judicial do Município de Boticas no processo n.º 95/18.0BEMDL, que corre os seus termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

### **Artigo 2.º**

#### **Contrato**

- 1.** O contrato reduzido a escrito é composto pelo respetivo clausulado e os seus anexos.
- 2.** O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a.Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b.Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
  - c.O presente Caderno de Encargos;
  - d.A proposta adjudicada;

e.Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;

**3.** Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

**4.** Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no art.º 101 desse mesmo diploma legal.

### **Artigo 3.º**

#### **Prazo**

O contrato vigorará até à decisão proferida em primeira instância.

### **Artigo 4.º**

#### **Obrigações principais do prestador de serviços**

**1.** Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

**a.** Obrigação de prestar os serviços objeto do presente contrato;

**b.** Obrigação de prestar o apoio técnico necessário ao longo da realização da prestação de serviços, nomeadamente no que

respeita à clarificação de todos os critérios e metodologias a aplicar na execução das tarefas nelas incluídas.

### **Artigo 5.º**

#### **Forma da prestação do serviço**

- 1.** Para acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter o Município de Boticas informado sobre o ponto de situação e sobre o desenvolvimento dos trabalhos;
- 2.** No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda entregar ao Município todas as peças processuais respeitantes à prestação dos serviços em causa.
- 3.** Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português, e em qualquer outro idioma se mais adequado à questão em causa.

### **Artigo 6.º**

#### **Local da Prestação de serviço**

A prestação de serviços deve ser efetuada nos locais necessários e adequados à sua execução.

### **Artigo 7.º**

#### **Preço Base**

Pela aquisição dos serviços objeto do contrato, incluindo o cumprimento das demais obrigações constantes do presente

caderno de encargos, o Município de Boticas pagará ao adjudicatário (a título de honorários), o preço contratual de 13.500,00 € (treze mil e quinhentos euros), acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se aplicável.

### **Artigo 8.º**

#### **Preço e Condições de pagamento**

1. O preço é o indicado na proposta apresentada.
2. O pagamento da prestação de serviços é efetuado no prazo de trinta (30) dias após a receção das respetivas faturas e a sua aprovação pela Município de Boticas, sem prejuízo do cumprimento das disposições legais que regem a realização e processamento de despesas.
3. Não é autorizado nenhum pagamento antecipado.
4. Em caso de discordância por parte do Município de Boticas quanto ao valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este último obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

### **Artigo 9.º**

#### **Resolução por parte do Município de Boticas**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previsto na lei, o Município de Boticas pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

**2.** O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinada pelo Município de Boticas

**3.** O incumprimento, por parte do prestador de serviços, confere, nos termos gerais de direito, ao Município de Boticas além da faculdade de rescindir o contrato, o direito às correspondentes indemnizações legais.

### **Artigo 10.º**

#### **Resolução por parte do prestador de serviços**

**1.** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluídos juros.

**2.** No caso previsto no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Boticas, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

### **Artigo 11.º**

#### **Gestor do contrato**

**1** - Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, foi designado como gestor, com a função de acompanhar

permanentemente a execução deste contrato a Dr.ª Gabriela Fernandes, Jurista da Câmara Municipal.

2 - Em casos específicos definidos no artigo supra referido, nomeadamente, contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções que lhe sejam definidas pelo contraente público, o gestor do contrato deve elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados ao presente contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do co-contratante, a sua execução financeira, técnica e material do contrato.

3 - Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão para a decisão de contratar, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que se revelem adequadas.

## **Artigo 12.º**

### **Caução**

Nos termos do disposto no nº 2 do art.º 88 do CCP, não há lugar a prestação de caução.

## **Artigo 13.º**

### **Comunicações e Notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas

devem ser dirigidas, nos termos do Código de Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificadas no contrato.

**2.** Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Artigo 14.º**

##### **Foro competente**

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

#### **Artigo 15.º**

##### **Legislação aplicável**

**1.** Em tudo o omissso no presente caderno de encargos e seus anexos, observar-se-á o disposto na legislação nacional comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a.** Código dos contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- b.** E demais legislação aplicável.

### **CLÁUSULAS ESPECIAIS**

#### **Artigo 16.º**

##### **Especificações Técnicas**





Serviços de Patrocínio Judicial do Município de Boticas no processo n.º 95/18.0BEMDL que corre os seus termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, até à decisão proferida em primeira instância.

